



**CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 84.<sup>a</sup> Reunião Ordinária da  
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco  
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Data: 16 de fevereiro de 2012, às 09:00 horas  
Local: Auditório SEST/SENAT  
Rua Martin Cypriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

1 Conselheiros presentes: Luciano Junqueira Melo, Presidente Suplente da URC Alto São  
2 Francisco; Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado de  
3 Minas Gerais – FIEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das  
4 Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas  
5 Gerais – FEDERAMINAS; Marcos Antônio Ferreira Veloso, representante do Conselho  
6 Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais – CREA;  
7 Wellington Dias Silveira, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária  
8 e Abastecimento – SEAPA; Dirceu de Oliveira Costa, representante Conselho  
9 Municipal de Meio Ambiente – Codema/Pains; Cristina Kistermann Chiodi,  
10 representante Ministério Público; Roberto Soares Nogueira, representante Comitê da  
11 Bacia Três Marias; Anaximandro Lourenço Azevedo Feres, representante Pontifícia  
12 Universidade Católica – PUC Minas – Arcos/Divinópolis; Lucélio Nativo da Assunção,  
13 representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE; Marcos  
14 Antônio Vilela, representante Grupo Ar; Lessandro Gabriel Costa, representante  
15 Associação Ambientalista Alto São Francisco - Lagoa da Prata; Rodrigo César Silva,  
16 representante da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG; Marcelo Ferreira  
17 Guimarães, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos  
18 Naturais Renováveis – IBAMA; Francisco de Assis Braga, representante Associação  
19 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES; Joaquim Ferreira Alves,  
20 representante Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais –  
21 FETAEMG; Ronaldo de Azevedo Coimbra, representante Departamento Nacional de  
22 Produção Mineral – DNPM. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC  
23 Alto São Francisco – A reunião foi presidida pelo Superintendente da Superintendência  
24 de Regularização Ambiental Sul de Minas, Luciano Junqueira Melo e deu início a  
25 reunião com a execução do Hino Nacional. – **Item 1. Execução do Hino Nacional**  
26 **Brasileiro.** - **Item 3. Comunicado dos conselheiros.** – Anaximandro – Representante  
27 PUC Arcos/Divinópolis – “*Senhor Presidente, senhores conselheiros, senhores, bom*  
28 *dia a todos. Dois comunicados. O primeiro falando como Presidente do Comitê da*  
29 *Bacia Hidrográfica do Alto São Francisco. Realizamos nessa última terça-feira*  
30 *primeira reunião plenária sob direção da nova Diretoria eleita no último ano e*  
31 *instauramos a Câmara Técnica e Institucional e a Câmara de Outorga e Cobrança do*  
32 *Comitê. Já tem sua primeira reunião marcada agora para o mês de março. Já*  
33 *aprimorando e aparelhando o Comitê para as novas atribuições que virão com a nossa*  
34 *política Estadual de Recursos Hídricos que é especialmente opinar sobre os processos*  
35 *de outorga e cobrança no âmbito do Alto do São Francisco. Dizer aqui, que juntamente*  
36 *com o Lessandro, nosso vice presidente, o Dirceu também que é membro da Diretoria*  
37 *do Comitê e os demais membros da Diretoria, estamos trabalhando com afinco*



38 necessário para cumprir com o nosso papel tão importante na nossa Política Nacional  
39 e Estadual de gerenciamento de recursos hídricos. O segundo comunicado não é acho  
40 que dos melhores, mas eu queria pedir ao pessoal da área de fiscalização, senhor  
41 presidente, que verificasse a situação da Lagos Indústria Química de Arcos,  
42 especialmente no Distrito de Calciolândia. Tenho familiares em Calciolândia. Estava lá  
43 nesse último fim de semana. Reiteradamente sou instado a trazer a esse conselho uma  
44 série de reclamações daquela comunidade ao que tange o barulho e o lançamento de  
45 particulados feitos pela indústria. Esse fim de semana, uma série de descargas de  
46 caldeira, segundo me informaram, funcionamento de moinhos, ao que tudo indica, sem  
47 qualquer tipo de enclausuramento. Deixaram, efetivamente a comunidade sem dormir  
48 com o barulho ensurdecedor durante todo o fim de semana. Isso eu pude verificar in  
49 loco. Acho que para não cometer nenhum tipo de injustiça com o empreendedor me deu  
50 o trabalho de verificar no SIAM a situação deles. Parece que vários FOB's vencidos.  
51 Pedido de providência desde o segundo semestre de 2010 sem atendimento. Eu gostaria  
52 que a equipe de fiscalização e a SUPRAM desse uma atenção especial para verificar  
53 aquela situação. Salvo engano, que a empresa se encontra em fase de revalidação de  
54 licença de operação, mas aguardando o pedido de providências desde o segundo  
55 semestre de 2010. Por isso, gostaria de uma atenção especial e desejando a todos nós  
56 aqui um bom trabalho nesse ano que iniciamos agora no conselho. Muito obrigado.” -  
57 Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Solicitou a  
58 superintendente Aline que fosse encaminhada a solicitação do conselheiro. – Não  
59 identificou – “Senhor presidente, companheiros, companheiras. Bom dia. Quero  
60 informar que segunda-feira dessa semana eu estive em Piumhi no Rotary Clube. Nós  
61 estamos propondo a coleta seletiva no município de Piumhi em parceria com a  
62 Prefeitura. Algumas atividades já foram realizadas e neste momento nós estamos  
63 trabalhando com a mobilização e educação ambiental no município. Eu gostaria de  
64 registrar o apoio que a SUPRAM nos ofereceu em Pains quando nós estávamos  
65 desenvolvendo um programa de educação ambiental. Foi muito bom. Gostaria de estar  
66 pedindo a SUPRAM esse apoio através da equipe de educação ambiental da SUPRAM  
67 para nós também desenvolvermos esses trabalhos no município de Piumhi. Com certeza  
68 vai trazer grande retorno para o Meio Ambiente.” - Ronaldo Coimbra – Representante  
69 DNPM – “Bom dia a todos. Presidente, conselheiros, colegas da SUPRAM e  
70 empreendedores. Queria dar uma breve palavra aqui. Como já havia comentado com a  
71 Aline. Nós participamos, junto com o Ministério Público, setor produtivo e FEAM de  
72 um trabalho para cadastramento das áreas degradadas pela Mineração do Estado de  
73 Minas Gerais. Eu recebi um comunicado da SUPRAM Triângulo Mineiro que eu vou  
74 repassar para Aline para passar para os conselheiros que o sistema operacional e que  
75 as Prefeituras, a Polícia Militar, os COTEC's do SISEMA e DNPM podem cadastrar  
76 essas áreas. É só uma lembrança aqui. Eu vou pedir a Aline para repassar para todos  
77 os conselheiros que já está operacional no BDA esse cadastro das áreas pela  
78 Mineração do Estado de Minas.” - Túlio – Representante FIEMG – “Bom dia. Eu só  
79 queria estar me apresentando. Para quem não me conhece ainda. Estou assumindo  
80 aqui a cadeira da FIEMG no lugar do Deivid que também mandou um abraço a todos  
81 vocês. Só informando que a partir, deve ter a posse, a partir, deve ser eu e também o  
82 Eduardo da Gerdau vai ser substituído pelo Alexandre, que gostaria que levantasse, da  
83 CSN Siderúrgica Nacional também vai estar assumindo o suplente da FIEMG.  
84 Obrigado.” - Lucélio – Representante SEDE – Deu boas vindas ao novo conselheiro e  
85 solicitou à superintendente informações sobre a moção realizada sobre a recomposição



86 do quadro técnico da SUPRAM. – Joaquim – Representante FETAEMG – “*Bom dia*  
87 *para todos e todas. Como o colega ao lado aqui já me apresentou. Sou o Joaquim da*  
88 *FETAEMG Belo Horizonte. Brincando com a secretária. Suplente é um pneu de estepe.*  
89 *No mesmo tempo eu quero justificar a ausência da companheira Maria do Carmo*  
90 *Siqueira. Ela está atravessando uma crise de saúde da mãe. Ela é de Porto Firme.*  
91 *Quando Patrícia ligou, eu quem atendi o telefone confirmando a nossa presença.*  
92 *Preocupei-me sim, porque o quórum é todo o ato do conselho é importante, mas o*  
93 *quórum principalmente, não é senhor Presidente? Eu, como faço parte do conselho*  
94 *Estadual de Saúde Belo Horizonte, quando nós tocamos no problema ambiental e*  
95 *analisamos fator na saúde, somando a discussão que tem importância dos COPAM’s,*  
96 *nosso Estado e no Brasil, precisamos de somar as ações nossas com referências a*  
97 *poluição e degradação que está afetando a saúde imensamente dos Brasileiros. Na 7ª*  
98 *Conferência Estadual de Saúde, nós fizemos parte e na Nacional também e foi um ponto*  
99 *que destacou o papel dos COPAM’s do trabalho nosso para evitar e proteger. Não só o*  
100 *Meio Ambiente, que está presente na saúde de todos os brasileiros. Muito obrigado.” –*  
101 Lessandro Gabriel – “*Bom dia Presidente. Bom dia a todos e a todas. Lessandro, meu*  
102 *nome. Em nome da Associação Ambientalista do Alto São Francisco, gostaria de*  
103 *convidar aqui nos dias 15 a 19 de março, na semana que antecede a Semana Mundial*  
104 *da Água, a Associação Ambientalista juntamente com o Comitê que o nosso amigo*  
105 *Anaximandro assume agora a presidência, estaremos fazendo uma distribuição de*  
106 *mudas em quatro municípios ali da Bacia do Alto São Francisco. Em Lagoa da Prata*  
107 *teremos o apoio do Centro Espírita União Vegetal. Estaremos distribuindo as mudas*  
108 *em Lagoa da Prata de mudas de arborização urbana e frutíferas. Em Japaraíba sob*  
109 *responsabilidade de Lenir. Estarão sendo distribuídas também as mudas de*  
110 *arborização e frutíferas naquele município. Na cidade de Iguatama juntamente com a*  
111 *Escola Superior de Meio Ambiente com a responsabilidade de Lucivan Lamounier*  
112 *estaremos também fazendo a distribuição dessas mudas. E na cidade de Medeiros,*  
113 *juntamente com o Secretário João Odeon estaremos também distribuindo as mudas*  
114 *gratuitamente para toda aquela população local. Aproximadamente serão distribuídas*  
115 *5.000 mudas nativas, desculpa, de arborização urbana e frutífera que são produzidas*  
116 *num viveiro em Lagoa da Prata de responsabilidade da Associação Ambientalista do*  
117 *Alto São Francisco. Uma produção de 60.000 mudas anual. Já tivemos também um*  
118 *apoio do Governo do Estado para estar mantendo esse viveiro e que essas mudas são*  
119 *distribuídas para todos os produtores rurais e toda a comunidade da região do Alto*  
120 *São Francisco gratuitamente. Obrigado.” – Francisco de Assis Braga – Representante*  
121 ABES – *Gostaria de dar boas vindas ao Túlio, representante da FIEMG. Também*  
122 *aquele senhor ali. Não sei o seu nome. Senhor Joaquim da FETAEMG, não é isso?*  
123 *Gostaria de respaldar as palavras dele, lembrando a todos que há realmente uma*  
124 *relação estreita entre saúde, qualidade de vida e Meio Ambiente. Muita das vezes, nós*  
125 *esquecemos ao aprovarmos determinado empreendimento que nós estamos criando o*  
126 *ambiente. Já falei isso aqui várias vezes. Nós estamos criando um ambiente para agora*  
127 *e para o futuro. Nós votamos aqui. Nós temos que pensar que nós estamos construindo*  
128 *um ambiente em que nós vamos viver.” – Marcos Vilela – Representante Grupo AR –*  
129 *“Só para completar o que o professor acabou de dizer. Uma das coisas que eu sempre*  
130 *trago comigo. Nós, os seres humanos, não somos eternos. Nós passamos por esse*  
131 *planeta, mas todas as atitudes que nós contribuímos, que nós fizermos vão ficar, vão*  
132 *perecer. Se forem as atitudes saudáveis, boas com certeza nós vamos estar contribuindo*  
133 *para um planeta melhor. Agora, se essas atitudes forem negativas com certeza também,*



134 *nós vamos estar contribuindo para um mundo bem pior do que já está.” – Aline -*  
135 *SEMAD – “Respondendo a questão do conselheiro Lucélio rapidamente, depois se o*  
136 *presidente quiser tratar nos Assuntos Gerais. As duas moções indicadas pelo senhor já*  
137 *foram encaminhadas ao Secretário. Eu até estive lá. Tem umas duas semanas.*  
138 *Realmente, elas já chegaram lá. Uma tratando da recomposição do quadro de 15*  
139 *analistas e a outra pedindo especialistas em algumas áreas. O que eu posso dizer,*  
140 *Lucélio, num primeiro momento é que essa reposição está sendo providenciada. O*  
141 *edital de contratos administrativos está para sair para reposição do quadro até que o*  
142 *concurso se realize. O qual também já foi aprovado não só pelo, já foi aprovado*  
143 *inclusive, na Câmara da SEPLAG. Já está tudo aprovado. Agora, vai iniciar os trâmites*  
144 *para realmente elaboração de edital. Está bem encaminhada a situação de reposição*  
145 *do quadro. Com relação as especialidades é aquilo que eu já tinha dito antes. A moção*  
146 *foi, mas eu imagino que seja um pouco complicado fazer reposição de especialistas*  
147 *daquele nível. Tipo arqueólogos dentro de SUPRAM’s. O que não é impossível se nós*  
148 *formos pensar a nível de Estado. Acredito também que o secretário pode emitir alguma*  
149 *resposta dentro daqueles convênios que já existem. Alguns já foram efetivados em*  
150 *alguns. Como em universidades federais, mestres e doutores para trabalharem em*  
151 *assuntos específicos dentro de processos. Também é uma saída que o Estado já adota.*  
152 *É isso, mas nós vamos aguardar. Acredito que para o próximo mês já seja possível*  
153 *estar retornando com essas respostas dessas moções. Nós vamos, pelo menos, estar*  
154 *cobrando isso junto a diretoria responsável.” – Lucélio – Representante SEDE –*  
155 *“Agradeço desde já e gostaria de pedir o seguinte. Para a próxima reunião você trazer*  
156 *para nós uma resposta já oficial e prazo. Um exemplo. Esse quadro, se for esperar essa*  
157 *questão de concurso, como nós sabemos como que é demorado, ainda mais em ano, de*  
158 *certa parte político. Um ano político. Nós sabemos que demora. Eu gostaria que você*  
159 *pegasse, trouxesse para nós uma resposta oficial do Secretário. Assim, o prazo que nós*  
160 *precisamos apresentando. Estaria, mediante a esse prazo, ser discutido aqui de novo*  
161 *com a Câmara.” – Aline – SEMAD – “Eu acredito que na próxima reunião já dê para*  
162 *nós trazermos pelo menos a reposição via contrato administrativo que vai ser a*  
163 *reposição temporária até que haja o concurso. Eu acredito que isso já seja possível*  
164 *tendo em vista a urgência do Secretário e a forma que ele está tratando essa reposição.*  
165 *Com relação a data do concurso, eu acredito que, por ser ano eleitoral, toda essa*  
166 *questão, acredito eu que deva demorar mais um pouquinho, mas essa reposição é*  
167 *justamente já pensando nisso, que vai ter via contrato administrativo. Vou procurar*  
168 *trazer um pouco mais de dados para vocês. Eu queria só aproveitar a oportunidade*  
169 *para dizer que o Túlio está assumindo aqui hoje. Os procedimentos de posse dele estão*  
170 *sendo tomados, embora nós não tenhamos falado nada. Enfim, e dos novos que estão*  
171 *tomando posse também via suplência. É isso, só aproveitar. Obrigada.” – **Item 4.***  
172 **Exame da Ata da 83ª RO de 15/12/2011. Luciano Junqueira Melo - Presidente**  
173 **Suplente da URC Alto São Francisco –** Informou que a ata seria retirada de pauta  
174 porque a mesma foi disponibilizada no site de forma equivocada. “Ela foi  
175 disponibilizada no mês de Dezembro não permitindo o acesso de vocês. Ela vai  
176 retornar na próxima reunião já colocada no lugar correto do site.” - **Item 5. Processos**  
177 **Administrativos para exame da Revalidação de Licença de Operação: Luciano**  
178 **Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco –** Fez a leitura de  
179 todos os processos e quando fossem solicitados destaques que os conselheiros se  
180 manifestassem. Leu a partir do item 6, pois, o item 5 era retorno de vistas. - **Item 6.**  
181 **Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a**



182 Licença de Instalação - “Concedida Ad Referendum”: 6.1 Petra Energia S.A. -  
183 Locação e perfuração de poços exploratório de gás natural ou de petróleo inclusive  
184 em área cárstica - Martinho Campos/MG - PA/Nº 28026/2011/001/2011 - Classe 3 -  
185 Apresentação: Supram ASF. – Destaque anotado para ABES. Item 7. Processo  
186 Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva: 7.1 Centróleo  
187 Distribuidora de Combustível Ltda. - Postos Revendedores, postos de  
188 abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de  
189 combustíveis - Arcos/MG - PA/Nº 06082/2011/001/2011 - Classe 3 - Apresentação:  
190 Supram ASF. Destaque Marco Antônio Vilela, conselheiro da ONG Grupo Ação. Item  
191 8. Processos Administrativos para exame de Licença de Operação: 8.1 Mineradora  
192 Carmocal Ltda. - Fabricação de cimento - Pains/MG - PA/Nº 02340/2002/009/2011  
193 - Classe 1 - Apresentação: Supram ASF. – Destaques anotados aos conselheiros  
194 Marco Vilela do Grupo Ar e do conselheiro Roberto do Comitê de Bacias. 8.2  
195 Carrocerias Jardel Ltda. - Fabricação de outros artigos de plástico, borracha,  
196 madeira ou outros materiais (exclusive metais), não especificados e não  
197 classificados; Fabricação de outros artigos de metal não especificados ou não  
198 classificados, com tratamento químico superficial, exclusive móveis -  
199 Divinópolis/MG - PA/Nº 19029/2008/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram  
200 ASF. – Nenhum destaque anotado. 8.3 Medina Construções e Empreendimentos  
201 Ltda. - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente  
202 residenciais - Capitólio/MG - PA/Nº 13508/2005/002/2011 - Classe 3 -  
203 Apresentação: Supram ASF. – Destaques anotados aos conselheiros Marcos, do  
204 Grupo Ar, conselheiro Francisco da ABES e conselheiro Roberto do Comitê de Bacias.  
205 Item 9. Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença de Operação:  
206 9.1 Natureza Reciclagem e Comércio Ltda. - Reciclagem ou regeneração de outros  
207 resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados - Escória de alto fornos, aciaria  
208 e outros. - Divinópolis/MG - PA/Nº 2839/2005/003/2008 - Classe 5 - Apresentação:  
209 Supram ASF. – Nenhum destaque anotado. Item 10. Processos Administrativos para  
210 exame de Licença de Operação Corretiva: 10.1 Tarcisio Vilela da Fonseca. - Abate  
211 de animais de pequeno porte - Divinópolis /MG - PA/Nº 05027/2008/003/2011 -  
212 Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaques anotados aos conselheiros  
213 Marcos, Roberto e Francisco. 10.2 Clóvis Modesto de Castro. - Tratamento químico  
214 para preservação da madeira - Piumhi/MG - PA/Nº 24253/2010/001/2011 - Classe 3  
215 - Apresentação: Supram ASF. – Nenhum destaque anotado. 10.3 Pavibrás Locações  
216 Serviços e Comércio Ltda. - Usina de produção de concreto asfáltico -Cláudio/MG  
217 - PA/Nº 04073/2011/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Nenhum  
218 destaque anotado. 10.4 Indústria de Calçados Arapuã Ltda. - Fabricação de  
219 calçados em geral - Nova Serrana/MG - PA/Nº 06536/2005/001/2011 - Classe 3 -  
220 Apresentação: Supram ASF. – Destaque conselheiro Roberto do Comitê de Bacias.  
221 Item 11. Processo Administrativo para exame de Adendo a Licença de Operação  
222 Corretiva: 11.1 Natureza Reciclagem e Comércio Ltda. - Reciclagem ou  
223 regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados; Escória  
224 de alto fornos, aciaria e outros -Divinópolis/MG - PA/Nº 12042/2004/002/2007 -  
225 Classe 5 - Apresentação: Supram ASF. – Nenhum destaque anotado. Item 12.  
226 Processos Administrativos para exame de Revalidação de Licença Operação: 12.1  
227 BC Refratário Indústria e Comércio Ltda. - Fabricação de material cerâmico -  
228 Divinópolis/MG - PA/Nº 00094/2005/003/2011- Classe 3 - Apresentação: Supram  
229 ASF. – Destaques anotados aos conselheiros Francisco da ABES e Roberto, Comitê de



230 Bacias. **12.2 Intervias Armazém e Terminal Ferroviário Ltda. - Transporte e**  
231 **Armazenagem de Produtos e Resíduos Perigosos Classe 1 - Itaúna/MG - PA/Nº**  
232 **01110/2003/007/2011 - Classe 6 - Apresentação: Supram ASF. – Nenhum destaque**  
233 **anotado. 12.3 ICAL - Indústria de Calcinação Ltda. - Fabricação de cal virgem,**  
234 **hidratada ou extinta - Pains/MG - PA/Nº 01162/2002/018/2011 - Classe 5 -**  
235 **Apresentação: Supram ASF. – Destaque da SUPRAM e um inscrito para uso da**  
236 **palavra. 12.4 CSN - Companhia Siderúrgica Nacional. - Lavra a céu aberto ou**  
237 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento - Arcos/MG - PA/Nº**  
238 **00174/1986/008/2008 - DNPM 4213/1949 - Classe 6 - Apresentação: Supram ASF. –**  
239 **– Destaques anotados para SUPRAM, ABES, Comitê de Bacias e Dirceu CODEMA**  
240 **Pains. 12.5 CSN - Companhia Siderúrgica Nacional. - Lavra a céu aberto ou**  
241 **subterrânea em áreas cársticas com ou sem tratamento - Arcos/MG - PA/Nº**  
242 **00174/1986/013/2011 - DNPM 3425/1960 - Classe 6 - Apresentação: Supram ASF.**  
243 **– Destaque anotado para ABES, SUPRAM, Comitê de Bacias e CODEMA de Pains.**  
244 **12.6 José Geraldo de Faria Ltda. - ME. - Lavanderias industriais com tingimento,**  
245 **amaciamiento e outros acabamentos em roupas, peças do vestuário e artefatos de**  
246 **tecidos - Pains/MG - PA/Nº 01674/2003/003/2011 - Classe 5 - Apresentação:**  
247 **Supram ASF. – Destaque Comitê de Bacias. 12.7 SAFOL Indústria, Comércio e**  
248 **Transporte de Móveis Ltda. - Fabricação de móveis de metal com tratamento**  
249 **químico superficial e/ou pintura por aspersão - Pará de Minas/MG - PA/Nº**  
250 **1428/2002/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Nenhum destaque**  
251 **anotado. 13. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de**  
252 **Validade da Licença Prévia: 13.1 Ferlig Ferro Liga Ltda. - PCH Fábio Botelho**  
253 **Notini. - Barragem de geração de energia hidrelétricas - Passa Tempo/MG - PA/Nº**  
254 **1995/2004/001/2007 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Destaque Comitê de**  
255 **Bacias e inscritos para uso da palavra. Item 14. Processo Administrativo para exame**  
256 **de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia concomitante com a**  
257 **Licença de Instalação: 14.1 Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. - Locação e**  
258 **perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo inclusive em área**  
259 **cárstica - Morada Nova de Minas/MG - PA/Nº 10382/2009/001/2009 - Classe 3 -**  
260 **Apresentação: Supram ASF. – Nenhum destaque anotado. Item 15. Processo**  
261 **Administrativo para Convocação ao Licenciamento Ambiental: 15.1 Extração de**  
262 **Areia Resende e Silva Ltda. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata**  
263 **na construção civil - Formiga e Candeias/MG - PA/Nº 13539/2005/003/2011 -**  
264 **DNPM 830.193/1995 e 830.194/1995 - Classe 1 - Apresentação: Supram ASF.**  
265 **Nenhum destaque anotado. - Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC**  
266 **Alto São Francisco – Fez a leitura dos processos que não foram solicitados destaques:**  
267 **Item 8.2 da pauta, Carroceria Jardel Ltda. PA 19029/2008/002/2011. Item 9.1 da pauta.**  
268 **Natureza Reciclagem e Comércio Ltda. PA 2839/2005/003/2008. Item 10.2 da pauta.**  
269 **Clóvis Modesto de Castro. PA 24253/2010/001/2011. Item 10.3 da pauta. Pavibrás**  
270 **Locações Serviços e Comércio Ltda. PA 4073/2011/001/2011. Processo 11.1 da pauta.**  
271 **Natureza Reciclagem e Comércio Ltda. PA 12042/2004/002/2007. Item 12.2 da pauta.**  
272 **Intervias Armazéns e Terminal Ferroviário Ltda. PA 1110/2003/007/2011. Processo 12.7**  
273 **da pauta. SAFOL Indústria, Comércio e Transporte de Móveis Ltda. PA**  
274 **1428/2002/002/2011. Processo 14.1 da pauta. Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.**  
275 **PA 10382/2009/001/2009. Por último, processo 15.1 da pauta. Extração de Areia**  
276 **Resende e Silva Ltda. PA 13539/2005/003/2011. Em seguida colocou em votação em**  
277 **bloco e foram APROVADOS conforme o parecer da SUPRAM. A pauta teve início**



278 com o retorno de vistas do Ministério Público e FIEMG do item 5.1. – **Item 5.1**  
279 **Inbrasfogos - Comércio e Indústria Brasileira de Fogos Samonte Ltda. -**  
280 **Fabricação de Pólvora e Artigos Pirotécnicos - Santo Antônio do Monte/MG -**  
281 **PA/Nº 00182/2003/002/2010 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF. RETORNO**  
282 **DE VISTAS pelos conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ**  
283 **e Túlio Pereira de Sá representante da FIEMG. – Não identificou** – Leu o parecer:  
284 *“Retorno de vistas Inbrasfogos Comércio e Indústria Brasileira de Fogos Samonte. O*  
285 *parecer é referente a Revalidação de Licença de Operação. Esse processo foi pautado*  
286 *no dia 15/12 ao COPAM sendo o pedido de vistas pelos conselheiros Mauro Fonseca e*  
287 *Deivid de Oliveira. Relatório. Trata-se de pedido de Revalidação da Licença de*  
288 *Operação pelo empreendimento Inbrasfogos – Comércio e Indústria Brasileira de*  
289 *Fogos Samonte, referente à atividade de fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos,*  
290 *classe 05. Vou direto aqui ao. Observação. Para uma Revalidação de Licença de*  
291 *Operação, é verificado o desempenho ambiental do empreendimento, tendo este*  
292 *empreendimento em questão as seguintes observações conforme parecer técnico da*  
293 *SUPRAM. A validade da licença ficou condicionada ao cumprimento de 42*  
294 *condicionantes, sendo certo que não foram cumpridas satisfatoriamente pelo*  
295 *empreendedor, ou sequer foram cumpridas, portanto, a atuação do empreendimento foi*  
296 *em desconformidade com o estipulado pela concessão da licença anterior e com a*  
297 *legislação ambiental vigente. Quanto aos programas de auto monitoramento realizados*  
298 *na vigência da LOC, especialmente os de efluentes líquidos industriais e o sistema de*  
299 *tratamento de efluentes sanitários, verifica-se que os resultados foram aquém ao*  
300 *esperado e não permitiram sequer alguma avaliação da eficiência dos sistemas*  
301 *propostos. Por fim, sugerimos o indeferimento da Revalidação da Licença de Operação*  
302 *do empreendimento.”* – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – Informou  
303 que o conselheiro Dr. Mauro tinha encaminhado um parecer com antecedência aos  
304 conselheiros. *“O parecer é pelo indeferimento da Licença conforme o parecer da*  
305 *SUPRAM. Nosso posicionamento é de acordo com o parecer da SUPRAM pelo*  
306 *indeferimento da revalidação.”* – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – Solicitou  
307 incluir no parecer da FIEMG, na conclusão: *“Diante de todo o exposto somos pelo*  
308 *indeferimento da Revalidação da Licença de Operação. Gostaria que ficasse como a*  
309 *promotora colocou. Estamos de acordo ou somos de acordo. Quem define são os*  
310 *técnicos.”* – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da  
311 Represa de Três Marias – Fez uma solicitação: *“Eu queria só, quando fosse entrar com*  
312 *um novo processo de licenciamento, no caso da outorga não fala se há medição ou se*  
313 *não há. Então, que seja observado. Provavelmente a proposta de dar 10 dias para*  
314 *entrar com um novo FCEI eu gostaria que essa parte de medição dos valores da*  
315 *outorga fosse especificada.”* – Paula – SUPRAM ASF – Esclareceu que a SUPRAM foi  
316 procurada pelo empreendedor. *“Nós fizemos uma reunião e segundo alegações dele,*  
317 *existiam documentos que não tinham sido analisados pela SUPRAM. Eles formalizaram*  
318 *um relatório com esses supostos documentos. A equipe técnica analisou o relatório*  
319 *apresentado e os documentos, realmente, eles já haviam sido analisados pela equipe da*  
320 *SUPRAM o que não diferiu, não diferenciou nosso posicionamento em relação ao*  
321 *indeferimento.”* Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São  
322 Francisco – Em seguida colocou em votação o processo e o **PARECER** foi  
323 **APROVADO. - Item 5.2 Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas -**  
324 **Coopertêxtil. - Fiação e tecelagem plana e tubular com fibras naturais e sintéticas,**  
325 **sem acabamento, exlusive tricô e crochê - Pará de Minas/MG - PA/Nº**



326 **00085/2001/005/2010 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE**  
327 **VISTAS pelos conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ e**  
328 **Túlio Pereira de Sá representante da FIEMG. – Túlio – Representante FIEMG –**  
329 *Leu o relatório: “Empreendimento Cooperativa de Produção Têxtil Pará de Minas –*  
330 *Coopertêxtil. Item 5.2. Parecer de vistas relativo ao exame de pedido de revalidação de*  
331 *licença de operação. O processo pautado em 15/12 na URC COPAM Alto São*  
332 *Francisco, sendo requerida vista pelos conselheiros Mauro e Deivid, Mauro do*  
333 *Ministério Público e Deivid da FIEMG. Trata-se de pedido de Revalidação da Licença*  
334 *de Operação pelo empreendimento Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas –*  
335 *COOPERTEXTIL, referente às atividades de fiação e tecelagem plana e tubular com*  
336 *fibras naturais e sintéticas, sem acabamento, exclusive tricô e crochê. Classe 03. Só*  
337 *ressaltando observação do parecer aqui. Cabe ressaltar que o empreendimento possui*  
338 *algumas estruturas instaladas em Área de Preservação Permanente da represa lá*  
339 *existente, porém foi comprovado que a instalação na Área de Preservação Permanente*  
340 *ocorreu anteriormente ao advento processo. Só um minutinho. Ocorreu anteriormente*  
341 *ao advento da Lei 14.309/2002, tratando-se de ocupação antrópica. Lembrando que*  
342 *essa empresa está instalada desde 1951. Para uma Revalidação de Licença de*  
343 *Operação, é verificado o desempenho ambiental. Temos algumas observações conforme*  
344 *parecer técnico da SUPRAM. Tendo em vista que apesar de cumprir algumas das*  
345 *condicionantes no prazo estabelecido, foi verificada a falta de investimentos*  
346 *significativos na área ambiental. Neste sentido, em conformidade com a DN 17/96,*  
347 *sugerimos que seja mantido o prazo da licença, 4 anos, uma vez que não atendeu aos*  
348 *requisitos para beneficiar-se com acréscimo, bem como, também não possuindo auto*  
349 *de infração. Por fim, sugerimos a concessão da Revalidação da Licença de Operação*  
350 *com validade de 4 anos, conforme o parecer técnico da SUPRAM.” – Cristina Chiodi –*  
351 *Representante Ministério Público –* Informou que fora encaminhado para os  
352 conselheiros o parecer. “O parecer é pelo indeferimento da revalidação em função de  
353 algumas questões que eu vou destacar. Inicialmente pelo descumprimento diversas das  
354 condicionantes da licença de operação. Inclusive, condicionantes que são fundamentais  
355 para avaliação do desempenho do empreendimento. Se numa fase de revalidação de  
356 licença nós avaliamos o desempenho ambiental do empreendimento, pelo  
357 descumprimento de condicionantes fundamentais como as de monitoramento de  
358 lançamento de efluentes, nós não temos elementos suficientes para julgar o desempenho  
359 ambiental do empreendimento. Razão pela qual não poderemos fazer a Revalidação da  
360 Licença. Além disso, existe um problema que até foi ressaltado pela FIEMG, no  
361 entanto, o posicionamento institucional do Ministério Público é adverso. Nós  
362 entendemos que não existe amparo na legislação federal para ocupação de área de  
363 preservação permanente. Esse empreendimento não é de utilidade pública ou de  
364 interesse social. Também não é caso de baixo impacto ambiental. Em razão dessa  
365 ausência de amparo na Legislação Federal, nós entendemos que a Legislação Estadual  
366 não poderia ser mais permissiva, não poderia autorizar a implantação ou a  
367 manutenção dessas estruturas em áreas de preservação permanente. Além disso, a  
368 comprovação da existência dessas estruturas anteriormente a publicação da Lei  
369 Estadual 14.609, segundo o parecer da SUPRAM se deu através de uma imagem de  
370 satélite. A própria Lei 14.609 diz que essa comprovação deve-se dar um processo  
371 próprio. No caso, se for através de um consultor que tenha feito os estudos do  
372 empreendimento tem que ter uma ART. Uma simples imagem de satélite com uma  
373 definição ruim não poderia ser suficiente para constituir uma prova nesse caso. No



374 mínimo, então, se não for suficiente para o indeferimento da revalidação ou  
375 descumprimento de uma série de condicionantes a ocupação irregular de áreas de  
376 preservação permanente, no mínimo o processo deveria ser baixado em diligência para  
377 que fosse cumprido o que prevê a Lei Estadual que a SUPRAM considera aplicável  
378 nesse caso. Um último comentário que eu gostaria de fazer, se refere a capacidade de  
379 suporte desse curso d'água que recebe esses efluentes do empreendimento. Não existe  
380 informação com relação a essa capacidade de suporte. Não existe informação sobre a  
381 caracterização do efluente que é lançado pelo empreendimento. Se não me engano, é  
382 nesse parecer que é dito que como o curso d'água já chega ao empreendimento numa  
383 situação bastante precária, o lançamento adicional não faria diferença. Só que no  
384 nosso entendimento, esse raciocínio de que pelo fato do curso d'água já estar poluído  
385 jogar um pouco mais de um efluente com uma carga poluidora não faria diferença. No  
386 nosso entendimento, esse raciocínio é equivocado. Justamente pelo fato dele estar  
387 extremamente poluído, justamente pelo fato de nós tentarmos buscar uma melhoria da  
388 qualidade da água desse curso d'água, nós entendemos que a SUPRAM deveria sim  
389 exigir que o empreendedor fizesse um estudo da capacidade de suporte, uma  
390 caracterização da qualidade atual dessa água, uma caracterização do efluente e o  
391 impacto do lançamento do efluente no curso d'água. Seria uma outra questão que se  
392 não for suficiente o descumprimento das condicionantes e a ocupação das áreas de  
393 preservação permanente deveria ser levado em consideração ao menos para a baixa  
394 em diligência do processo. O posicionamento do Ministério Público nesse caso é pelo  
395 indeferimento da Licença. Nós entendemos que não há elementos suficientes para  
396 considerar satisfatório o desempenho ambiental dessa empresa. Caso não seja esse o  
397 entendimento do conselho nós pugnamos ao menos pela baixa em diligência do  
398 processo a fim de sanar essas questões que foram apresentadas aqui no microfone.” –  
399 Aline – SEMAD – Sugeriu baixar o processo em diligência. “Realmente, esses  
400 processos tiveram uma análise um pouco conturbada devido a essas mudanças. A  
401 equipe técnica teve acesso a fatos novos, posteriormente a publicação do parecer. Eu  
402 acho que a melhor condução, realmente é pela baixa para nós instruímos o processo  
403 com esses fatos e poder estar trabalhando em todos os pontos que foram levantados  
404 aqui pelo conselho.” – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São  
405 Francisco – Solicitou ao conselheiro Roberto que explicasse as modificações para o  
406 processo. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da  
407 Represa de Três Marias – Esclareceu: “Eu estou pedindo as modificações, porque a  
408 funcionária da SUPRAM, não lembro mais quem que foi, trouxe aqui as portarias de  
409 outorga 375 e 376 dos dois processos estariam com números errados. Eu ia, inclusive,  
410 chamar a atenção, porque no caso da Portaria 376 o balanço hídrico não fecha. Então,  
411 ela trouxe as informações de que os números não eram  $5\text{ m}^3$  e  $5\text{ m}^3$  por hora e sim  $3\text{ m}^3$   
412 e  $11\text{ m}^3$  por hora. No relatório que continuou no site não foi feita essa modificação,  
413 apesar da funcionária ter nos informado aqui que havia erro no processo. A  
414 condicionante 12 do processo 5.2 está com erro e incompleta. Estou pedindo que seja  
415 corrigida palavra hidrômetros no fim da proposta e completado com aquela nossa  
416 exigência padrão de disponibilidade de apresentação para tal. No caso do processo  
417 5.3, a condicionante não é 12, é 7. Ela também precisa ser completada com aqueles  
418 dizeres padrão de apresentar, de disponibilidade para apresentação e tal. São esses  
419 dois aspectos, mas eu não pedi isso na reunião passada não. Nem foi discutido. Foi  
420 pedido vistas.” – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da URC Alto São  
421 Francisco – O item 5.2 da pauta, Cooperativa de Produção Têxtil de Pará de Minas, foi



422 **BAIXADO EM DILIGÊNCIA** para que a equipe técnica da SUPRAM providenciasse  
423 as correções no parecer acatando as sugestões do conselheiro Roberto do Comitê de  
424 Bacias. - **Item 5.3 IBATEC - Indústria Brasileira de Tecidos Ltda. - Tecelagem**  
425 **plana e tubular com fibras naturais e sintéticas, com acabamento, inclusive**  
426 **artefatos de tricô e crochê - Pará de Minas/MG - PA/Nº 01628/2003/003/2010 -**  
427 **Classe 5 - Apresentação: Supram ASF. RETORNO DE VISTAS** pelos conselheiros  
428 **Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ e Túlio Pereira de Sá**  
429 **representante da FIEMG. – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público –**  
430 Informou que o parecer era semelhante ao anterior. *“Também, segundo o parecer da*  
431 *SUPRAM houve descumprimento de praticamente metade das condicionantes. A*  
432 *discussão é semelhante do processo anterior. Razão pela qual não vejo motivo para nós*  
433 *nem prolongar a discussão. Acho que é necessária também a baixa em diligência no*  
434 *mesmo sentido do processo anterior.” – Túlio – Representante FIEMG – Concordou*  
435 *com o Ministério Público. “Vamos aguardar a baixa em diligência para nós*  
436 *averiguarmos essas informações.” – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da*  
437 *URC Alto São Francisco – Esclareceu que por se tratarem de atividades*  
438 *complementares, sugeriu a baixa em diligência do processo para que a equipe pudesse*  
439 *fazer as devidas correções no parecer. Item 5.3. IBATEC – Indústria Brasileira de*  
440 *Tecidos, **BAIXADO EM DILIGÊNCIA. - Item 6. Processo Administrativo para***  
441 ***exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação - “Concedida***  
442 ***Ad Referendum”: 6.1 Petra Energia S.A. - Locação e perfuração de poços***  
443 ***exploratório de gás natural ou de petróleo inclusive em área cárstica - Martinho***  
444 ***Campos/MG - PA/Nº 28026/2011/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram***  
445 ***ASF. – Anaximandro – Representante PUC Minas - Sugeriu a inclusão de***  
446 *condicionante de apresentar a anotação de responsabilidade técnica sobre toda*  
447 *intervenção a ser executada no empreendimento com o texto padrão. “Sugiro a*  
448 *concessão do prazo de 30 dias após a concessão da LP mais LI. Como prazo de*  
449 *cumprimento da condicionante.” – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da*  
450 *URC Alto São Francisco – Em seguida colocou em votação o parecer da SUPRAM do*  
451 ***item 6.1 da pauta, Petra Energia S/A e o PARECER foi APROVADO.** Após*  
452 *colocou em votação a sugestão de inclusão de condicionante: Apresentação da*  
453 *Anotação de Responsabilidade Técnica a ser inserida como condicionante das obras de*  
454 *instalação do empreendimento no prazo de 30 dias e a **CONDICIONANTE foi***  
455 ***ACRESCIDA. - Item 7. Processo Administrativo para exame da Licença de***  
456 ***Instalação Corretiva: 7.1 Centrôleo Distribuidora de Combustível Ltda. - Postos***  
457 ***Revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos***  
458 ***flutuantes de combustíveis - Arcos/MG - PA/Nº 06082/2011/001/2011 - Classe 3 -***  
459 ***Apresentação: Supram ASF. – Marcos Vilela – Representante Grupo AR – Solicitou***  
460 *informações: “Primeiro: está informando que a outorga ainda não foi publicada. Não*  
461 *seria apenas após a publicação que consideraria a outorga já concedida? Segundo*  
462 *ponto. Não haveria a necessidade de termo de manifestação da unidade de conservação*  
463 *em relação a resolução CONAMA 428/2010? Ela não exige mais a anuência do*  
464 *IBAMA, mas condiciona o licenciamento a autorização do órgão gestor da unidade de*  
465 *conservação. Ponto 3. Embora o empreendimento tenha sido vistoriado, as distâncias*  
466 *das cavernas consideradas relevantes não foram confirmadas. Tomou como*  
467 *verdadeiras todas as informações do consultor.” – Isabela – SUPRAM ASF –*  
468 *Esclareceu: “Com relação à portaria de outorga nós não temos realmente aguardado a*  
469 *publicação, somente os pareceres de deferimento, porque essa publicação tem*



470 demorado uns dias para ser feita e isso prejudicaria a questão de levar o parecer a  
471 pauta. Só que a outorga, no momento em que é publicado o requerimento já pode ser  
472 impugnada. Normalmente, quando se chega ao final da análise dela é porque não  
473 ocorreu impugnação alguma. No entanto, claro se houver após a publicação isso ainda  
474 pode ser corrigido também. Com relação as unidades de conservação, esse processo foi  
475 instruído com RCA e PCA e a resolução CONAMA diz que nesses casos a unidade de  
476 conservação só tem que ser, só tem que ter ciência de que o empreendimento vai ser  
477 instalado ou estar em operação e não anuir.” – Paula – SUPRAM ASF –  
478 Complementou as informações: “Esse empreendimento não está num raio definido pela  
479 resolução, por isso também o gestor da Estação Ecológica de Corumbá, que seria a  
480 unidade de conservação mais próxima, não houve manifestação dentro do processo  
481 para ele e nem dele em relação a anuência. Em relação a distância das cavidades, essa  
482 área onde o empreendimento vai ser implantado está bem as margens da rodovia. Nós  
483 fizemos uma verificação técnica antes, no momento da vistoria. O processo entrou  
484 como LP e LI, foi reorientado para LC até porque já tinha começado as obras. Na  
485 vistoria nós constatamos que de fato não havia estruturas cársticas no entorno. Porém,  
486 é um documento de um técnico responsável que vem com ART para nós atestarmos de  
487 fato a distância e a segurança das cavidades naturais em relação ao empreendimento.  
488 Não é que nós confiamos só no relatório do consultor. Essa análise foi feita também  
489 durante a realização da vistoria. É comum que a equipe técnica faça esse tipo de  
490 análise em empreendimentos daquela região.” – Luciano Junqueira Melo - Presidente  
491 Suplente da URC Alto São Francisco – Após os esclarecimentos colocou em votação o  
492 processo **Item 7.1 da pauta - Centrôleo Distribuidora de Combustível** e o  
493 **PROCESSO foi APROVADO.** – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público –  
494 Para dar andamento na reunião, informou a todos que iria pedir vistas nos processos da  
495 CSN itens 12.4 e 12.5. “Os dois processos da CSN itens 12.4 e 12.5 da pauta que foram  
496 objetos de destaque. Ao invés de aguardar chegar ao destaque eu já comunico que eu  
497 vou pedir vista para eventualmente liberar os empreendedores.” – Túlio –  
498 Representante FIEMG – Informou que iria acompanhar o pedido de vistas da  
499 representante do Ministério Público. – Luciano Junqueira Melo - Presidente Suplente da  
500 URC Alto São Francisco – Comunicou a todos: “Senhores conselheiros, no sentido de  
501 agilizar a reunião. Os conselheiros do Ministério Público e da FIEMG solicitaram  
502 vistas dispensando os empreendedores. Caso seja interesse de não acompanhar a  
503 reunião. Vistas concedidas aos conselheiros da FIEMG e Ministério Público. **VISTAS**  
504 **CONCEDIDAS PROCESSOS 12.4 e 12.5 da pauta.**” - **Item 8. Processos**  
505 **Administrativos para exame de Licença de Operação: 8.1 Mineradora Carmocal**  
506 **Ltda. - Fabricação de cimento - Pains/MG - PA/Nº 02340/2002/009/2011 - Classe 1**  
507 **- Apresentação: Supram ASF.** – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de  
508 Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Fez a seguinte observação: “Chama-se  
509 atenção para Portaria 49/2010 do IGAM de revalidação de outorga transferindo a data  
510 do vencimento da outorga para o prazo desse processo. Eu entendo que não cabe  
511 porque, realmente isso aqui se trata de apenas o licenciamento de um forno, cujo  
512 consumo de água tem pequeno percentual no balanço hídrico. Como a Mineração  
513 Carmocal está em processo de revalidação de licença, eu gostaria que fosse retirado  
514 este trecho aqui e esperar ser colocado no processo completo da empresa que vem na  
515 revalidação.” – Isabela – SUPRAM ASF – Respondeu que a SUPRAM não via prejuízo  
516 em modificar no parecer e no momento da revalidação faria a prorrogação da outorga. –  
517 Cléber – Representante da empresa e responsável técnico – Solicitou fazer alguns



518 esclarecimentos: “Só gostaria de fazer uma observação com relação as matérias  
519 primas. A empresa hoje pratica ao que nós chamamos de arranjo produtivo. Hoje,  
520 embora ela tenha e está em processo de licenciamento suas minas de argila e calcário,  
521 ela utiliza hoje rejeitos e subprodutos de outras empresas licenciadas na região. É o  
522 caso da ICAL, da BELOCAL. Quanto aos outros insumos referente a escória,  
523 principalmente a escória, ela só compra de empresas devidamente licenciadas. Nós  
524 mantemos um controle rígido sobre essas licenças e o controle sobre todas essas  
525 compras. Eles fazem parte dos nossos relatórios de automonitoramento. Com relação  
526 ao conselheiro Dirceu do CODEMA, a empresa também está, se dispõe a apresentar  
527 essas informações, os relatórios de automonitoramento. Só que como são relatórios  
528 bastante extensos em virtude das suas condicionantes, nós podemos disponibilizar de  
529 forma digital como nós disponibilizamos até para o órgão. Está à disposição e sempre  
530 mantemos. Existe uma cópia desses documentos na empresa disponível aos órgãos.  
531 Agora, eu solicito que faça isso de forma oficial. Obrigado.” – Luciano Junqueira Melo  
532 - Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Em seguida colocou em votação o  
533 processo do **item 8.1 da pauta - Mineradora Carmocal e o PARECER foi**  
534 **APROVADO. - Item 8.3 Medina Construções e Empreendimentos Ltda. -**  
535 **Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais**  
536 **- Capitólio/MG - PA/Nº 13508/2005/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram**  
537 **ASF. – Marcos Vilela – Representante Grupo AR** – Solicitou algumas informações:  
538 “Primeiro questionamento é em relação ao engenheiro florestal da empresa que fez o  
539 inventário junto com o pessoal da SUPRAM em relação as espécies do local. Parece  
540 que houve uma confusão lá em relação a espécie aroeira. Modificaram de uma aroeira  
541 mesmo do sertão e passaram para uma aroeira tóxica. Isso, de uma certa forma,  
542 contribuiu para que eles pudessem fazer o desmate. A segunda situação é que ficou  
543 condicionado na convenção do condomínio que deveria constar a obrigatoriedade da  
544 implantação do sistema de tratamento de efluentes sanitários pelos proprietários. Não  
545 seria mais prudente exigir isso dentro do licenciamento? Existe também lá a previsão  
546 de construção de 5 dissipadores de concreto e brita para amenizar a chegada da água  
547 da chuva ao lago. De acordo com o relatório de vistoria da SUPRAM, 03/2002, ficou  
548 constatado que as APP`s localizadas na projeção de cada lote abertura de acessos a  
549 reservatórios de Furnas. A intervenção para a implantação dos dissipadores foi  
550 compensada conforme a resolução CONAMA 369/2006?” – Francisco de Assis Braga –  
551 Representante ABES – “Paula, eu acho melhor esperar eu falar, porque nesse  
552 processo nós temos uma peculiaridade, porque há uma situação inusitada em que não  
553 se tem certeza absoluta do que nós estamos aprovando. É a questão de acesso a área do  
554 lago via a área de preservação permanente. O que aconteceu? Nesse processo eu me  
555 lembro que ele entrou em pauta, ele foi tirado de pauta, foi pedido vistas e na reunião  
556 seguinte eu não participei da reunião. Foi aprovada a licença de instalação. Agora, o  
557 processo veio montado dizendo dos acessos. Quantos acessos são via APP? São 97  
558 acessos. Eu vou só fazer o meu raciocínio aqui. Com base na resolução CONAMA 369  
559 a atividade de baixo impacto poderiam ser autorizadas em áreas de preservação  
560 permanente. A largura lá é de 30 metros. Na minha opinião essa é uma atividade que  
561 nós ainda não temos certeza e não há descrição dela na Resolução 369. Certamente  
562 que lá diz outras atividades que nós podemos ter certeza de que ela não vai resultar  
563 impacto, então nós poderíamos autorizar. 90 acessos. Nós estamos autorizando aqui.  
564 Quando você tem para dessedentação animal, você tem acesso distante do outro  
565 normalmente. Aqui não. Nós estamos autorizando 90 acessos bem próximos uns dos



566 outros. Na verdade, na minha opinião, nós não temos certeza se isso seria uma  
567 atividade de baixo impacto ou não. Nós vamos saber disso só a partir da autorização e  
568 depois do fato consolidado. O fato aconteceu. Eu tenho duas questões. Primeiro, na  
569 minha opinião eu voto contrário. O meu voto é contra exatamente por causa disso. Eu  
570 não voto favorável, porque eu tenho dúvidas em relação a isso e não gostaria de abrir  
571 um precedente aqui para podermos aprovar outras ações em APP que nós não temos  
572 certeza que serão de baixo impacto. Por outro lado, caso seja aprovado, que o meu  
573 voto é negativo, mas eu colocaria uma, como é que fala? Uma condicionante caso os  
574 colegas aprovem o que está previsto que seria o seguinte. Eu fiz uma redação aqui.  
575 Executar o monitoramento, eu acho que o único jeito é fotográfico para avaliar  
576 possíveis impactos ambientais nas trilhas. Eu chamei de trilhas, corredores, o que  
577 querem chamar. Em APP que permitam o acesso ao Lago de Furnas. Considerando o  
578 processo erosivo do solo, danos a vegetação, disposição de resíduos sólidos, queimada,  
579 entre outros. Os acessos, o que está acontecendo nesse acesso? Nós abrimos ele hoje, o  
580 que vai acontecer nele? Sugiro encaminhar relatório fotográfico anual da trilha de  
581 cada lote a SUPRAM. Vigência, durante a validade da LO e periodicidade anual.” –  
582 Paula – SUPRAM ASF – Respondeu aos conselheiros: “Em relação as colocações dos  
583 conselheiros, a aroeira, principalmente em relação as trilhas, eu queria falar que o  
584 processo veio para votação, mas ele não teve pedido de vistas. Ele foi aprovado direto.  
585 Realmente o professor Francisco não estava no dia dessa reunião. A LP e LI foram  
586 concedidas concomitantemente com unanimidade no conselho. Depois, nesse processo,  
587 nós discutimos muito sobre a proteção das aroeiras. Desde o início a equipe da  
588 SUPRAM não constatou nenhuma aroeira do sertão que é a espécie protegida em  
589 campo. Até porque lá não tem características ecológicas que imputam na presença de  
590 espécies com a aroeira do sertão. Enfim, o inventário apresentado tinha a espécie. Nós  
591 pedimos a demarcação de espécie por espécie e o empreendedor, através da  
592 consultoria apresentou o mapa com a demarcação de todas essas espécies, de todas as  
593 aroeiras e ipês que são as espécies protegidas. Nós resguardamos essas espécies a  
594 partir da criação de bosques protetivos. Esses bosques foram aprovados junto com a  
595 licença prévia de instalação. Quando ocorreu o início da supressão e que a equipe foi a  
596 campo verificar ponto a ponto se as aroeiras estavam sendo preservadas, a equipe da  
597 SUPRAM junto com a nova equipe de consultoria do empreendedor constatou que não  
598 era aroeira do sertão. Aquela aroeirinha brava que dá alergia em todo mundo que  
599 passa perto dela. Nós fizemos um adendo trazendo ao conselho para que o conselho  
600 aprovasse e autorizasse a supressão dessas espécies que são espécies arbustivas que  
601 não tem aspecto nenhum de proteção. Esse adendo foi aprovado. Em relação as trilhas.  
602 Foi feito um novo adendo a licença prévia e a licença de instalação. As trilhas de  
603 acesso são essas. Nós trouxemos algumas fotos para poder ilustrar pelo seguinte. O  
604 empreendedor, inicialmente, pediu a abertura de trilhas de 2 metros de largura em  
605 cada lote. O acesso ao lago, seja por animais ou pessoas, ela é resguardado pela  
606 resolução CONAMA 369. O que a equipe técnica considerou? Se nós fizéssemos essa  
607 conta que o Francisco propôs agora o acesso de 2 metros, 1.5 metros ao lago não seria  
608 possível porque não estaria no percentual de ocupação de APP máximo. Seriam 5% da  
609 área de preservação permanente que pode ser ocupada pelas situações de baixo  
610 impacto. Houve uma redução dessas trilhas de acesso para 80 cm, porque nós temos a  
611 descida de barcos que são 15 metros, os dissipadores de energia e mais as trilhas de  
612 acesso. Computados todas essas intervenções ainda são menores do que 5% da área de  
613 preservação permanente do loteamento. Não houve supressão de vegetação nessas



614 áreas para criação das trilhas. Volta a foto, por favor, Carlos. Eles fizeram uma  
615 limpeza abrindo as trilhas. A trilha está demarcada nas laterais. A APP está toda  
616 cercada. Eu entendo que a condicionante proposta pelo Francisco de fato ela cabe  
617 nesse momento para que nós consigamos resguardar a preservação da área de APP.  
618 Na licença prévia e de instalação foi aprovada uma área de, uma marina para guardar  
619 barcos, jet skis, lanchas, enfim, as embarcações. Existe uma área comum de 15 metros  
620 aprovada para descida dessas embarcações. Eu queria só, o que eu estava tentando me  
621 lembrar é ressaltar que nós estamos numa fase de LO. Os conselheiros tiveram uma  
622 oportunidade de ir até o empreendimento. Nós consideramos como viável. Nós estamos  
623 resguardando legalmente tanto amparados pela Resolução CONAMA, pelos acessos as  
624 intervenções em APP. É por isso que hoje nós trazemos a licença de operação para o  
625 deferimento dessa licença. – Marcos Veloso – Representante CREA – Concordou com  
626 o conselheiro Francisco e solicitou informações sobre o empreendimento. “Na venda do  
627 lote, o proprietário, aquele que compra o lote tem algum compromisso com o  
628 empreendimento com respeito a essa preservação? Existe norma para isso? Como  
629 vocês poderiam fiscalizar isso? Fazer com que o empreendedor. Eu não acredito que  
630 vocês vão conseguir fazer o empreendedor obedecer, atender vocês. Se não houver  
631 mesmo o monitoramento nosso, provavelmente boa parte disso vai ser destruída. É um  
632 precedente que eu acho muito importante porque a região está desenvolvendo muito  
633 turisticamente. Esses loteamentos estão aumentando cada vez mais. Nós podemos abrir  
634 um precedente aqui que pode causar muito problema para o Meio Ambiente. É preciso  
635 que haja esse monitoramento e que a fiscalização atue, porque senão vai haver  
636 degradação da APP.” – Marcos Vilela – Representante Grupo AR - Solicitou  
637 informações se era possível retirar do estatuto do condomínio a questão do tratamento  
638 do esgoto doméstico e passar para o licenciamento ambiental. – Paula – SUPRAM ASF  
639 – Respondeu: “No caso desse loteamento, Marcos, cada empreendedor vai ter o seu  
640 sistema de tratamento específico. Justamente pela distância e pelo layout do próprio  
641 empreendimento, do ponto de vista técnico seria muito difícil fazer um único sistema de  
642 tratamento para todos os condôminos. Cada um vai ter o seu e é o que nós pedimos  
643 monitoramento em condicionante para que cada um monitore o seu próprio sistema,  
644 mas existe o projeto já e a implantação desse projeto de sistema de tratamento de  
645 efluente sanitário. Em relação às áreas de preservação permanente o que eu queria  
646 falar é o seguinte. A Medina sempre vai ser responsável pela manutenção dessas áreas.  
647 Medina é o loteamento, o empreendimento e o empreendedor. Ele vai ser sempre  
648 responsável. A partir do momento que ele licencia, independente se ele imputou essa  
649 responsabilidade para o comprador do lote, se a fiscalização verificar qualquer  
650 irregularidade, cabe ao empreendedor que está vinculado ao processo de licenciamento  
651 a recuperação imediata dessas áreas. Hoje, as áreas não foram loteadas. A  
652 responsabilidade dessas áreas não é de cada condômino, mas é do condomínio como  
653 um todo e ela vai ser sempre responsabilidade do empreendedor. Se caso ocorra  
654 qualquer irregularidade o empreendedor responde pela irregularidade ou qualquer  
655 crime causado.” – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do  
656 Entorno da Represa de Três Marias – Solicitou esclarecimentos: “Onde existe órgão de  
657 classe do responsável pelos estudos está aparecendo um RG. O RG não é vinculação a  
658 órgão de classe não. Eu acho que ele tinha que ter ali um ART ou alguma coisa  
659 assemelhada.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público – Solicitou  
660 algumas informações: “Primeiro, com relação a essa questão dos acessos feitos na  
661 APP. Ainda que exista amparo legal para intervenção dentro da resolução CONAMA



662 369. *Eu acho que no licenciamento nós temos que buscar a melhoria ambiental do*  
663 *projeto. Como já foi dito aqui. Talvez esse empreendimento possa ser um modelo para*  
664 *os próximos, eu espero, do fundo do coração que não seja um modelo para cada lote.*  
665 *Eu até fiz uma conta rápida aqui. Houve uma intervenção total em 2328 m<sup>2</sup> em função*  
666 *desses acessos de 80 cm. Não vejo nenhuma lógica nisso. A legislação pode permitir,*  
667 *mas eu acho que não existe lógica, porque poderia ser feito um acesso para cada 3, 4*  
668 *lotes. Não vou nem me arvorar a propor nada, porque a intervenção já foi feita.*  
669 *Tecnicamente eu discordo. Acho que não justifica mesmo esse tipo de intervenção.*  
670 *Queria deixar consignado aqui esse posicionamento e queria tirar uma dúvida com*  
671 *relação aos processos de supressões de vegetação. Nas condicionantes que foram*  
672 *listadas aqui com relação as etapas anteriores, existe uma condicionante número 5.*  
673 *Apresentar certidão do registro do imóvel adquirido para fins de compensação*  
674 *ambiental. Eu queria saber se a compensação ambiental é a título do quê? Qual é o*  
675 *fundamento dela?” - Shirley – SUPRAM ASF – Respondeu que a compensação era por*  
676 *impacto ambiental significativo, pela Lei 9.485. “Na verdade houve realmente três*  
677 *compensações na LPI. Uma pela 369 por intervenção em APP que realmente foi*  
678 *compensada. Está constando isso no processo. Através de uma área que foi adquirida*  
679 *em Piumhi. Houve uma compensação também pela 11.428 por intervenção em Mata*  
680 *Atlântica que acho que é essa que a senhora está se referindo. Eles apresentaram*  
681 *registro de um imóvel de uma área que foi adquirida próxima ao loteamento. Essa, me*  
682 *desculpa que eu me enganei que é pela 9.985 a qual foi fixada junto ao núcleo do IEF*  
683 *de compensação ambiental.” – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público –*  
684 *Justificou a solicitação: “É importante nós sabermos qual que é o fundamento da*  
685 *compensação. Até para saber se todas foram exigidas mesmo, porque pela leitura do*  
686 *parecer eu não identifiquei a compensação da Lei da Mata Atlântica. Eu acho*  
687 *importante, inclusive, ficar consignado em ata que essa condicionante aqui, segundo*  
688 *informação da SUPRAM se refere ao cumprimento do artigo 17 da Lei 11.428 que a*  
689 *seguinte 16 se refere a 9.985 e com relação a compensação de APP não ficou prevista*  
690 *no licenciamento. Não ficou. Porque no parecer não está citado em nenhum momento a*  
691 *condicionante em si. Fala que houve o processo de APEF. Só que fique consignado*  
692 *todas as compensações exigíveis nos termos da Lei Mata Atlântica de APP’s da Lei do*  
693 *SNUC foram exigidas e cumpridas.” – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente*  
694 *da URC Alto São Francisco – Após os esclarecimentos colocou em votação o **item 8.3***  
695 ***da pauta - Medina Construções e Empreendimentos Ltda e o PROCESSO foi***  
696 ***APROVADO** registrados os votos contrários pelos conselheiros Marcos, Grupo AR;*  
697 *Marcelo, IBAMA e conselheiro Francisco da ABES. – Marcos Vilela – Representante*  
698 *Grupo AR – Justificou o voto: “Em cima de tudo que nós já questionamos aqui,*  
699 *principalmente em relação ao questionamento que foi feito pelo Professor Francisco.”*  
700 *– Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – Justificou: “Em função de não*  
701 *concordar com essa questão de um acesso para cada lote.” – Francisco de Assis Braga*  
702 *– Representante ABES – Justificou o voto: “Também não concordo com a abertura*  
703 *dessa precedente de abertura de acessos em áreas de preservação permanente.” –*  
704 *Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Em*  
705 *seguida colocou em votação inclusão de condicionante proposta pelo conselheiro*  
706 *Francisco que solicitava o monitoramento através de relatório fotográfico: – Francisco*  
707 *de Assis Braga – Representante ABES – “Executar monitoramento fotográfico. Só*  
708 *consegui enxergar esse monitoramento, não sei como poderia ser feito outro.*  
709 *Monitoramento fotográfico para avaliar impactos ambientais nas trilhas em APP que*



710 *permitam o acesso ao lago de Furnas considerando-se processos erosivos do solo,*  
711 *danos a vegetação, disposição de rejeitos sólidos, queimadas, entre outros. Encaminhar*  
712 *relatório fotográfico anual de cada trilha a SUPRAM. Cada trilha. 97 umas três fotos*  
713 *de cada um ou cinco, não sei. Mesmo ponto. Em um ponto que vai ser observado, que*  
714 *vai tirar a foto sempre do mesmo lugar. Vigência, durante a validade da LO e*  
715 *periodicidade anual.” – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto*  
716 *São Francisco – Colocada em votação o acréscimo da condicionante proposta pelo*  
717 *conselheiro Francisco da ABES e a CONDICIONANTE foi ACRESCIDA. - Item 10.*  
718 **Processos Administrativos para exame de Licença de Operação Corretiva: 10.1**  
719 **Tarcísio Vilela da Fonseca. - Abate de animais de pequeno porte - Divinópolis /MG**  
720 **- PA/Nº 05027/2008/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram ASF. – Roberto**  
721 **Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três**  
722 **Marias – Solicitou que fosse anexada a condicionante padrão de responsável técnico. –**  
723 **Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Após**  
724 **alguns esclarecimentos foi colocado em votação o parecer do item 10.1. - Tarcísio**  
725 **Vilela da Fonseca e o PROCESSO foi APROVADO** registrado o voto contrário da  
726 conselheira do Ministério Público. – Cristina Chiodi – Representante Ministério Público  
727 – Justificou o voto: “*Voto contrário decorre do entendimento institucional de que não*  
728 *existe amparo legal para manutenção de estruturas em áreas de preservação*  
729 *permanente.” – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São*  
730 *Francisco – Em seguida colocou em votação a sugestão de inserção de condicionante*  
731 *padrão relativa a apresentação de responsável técnico e a CONDICIONANTE foi*  
732 **ACRESCIDA. – Item 10.4 Indústria de Calçados Arapuã Ltda. - Fabricação de**  
733 **calçados em geral - Nova Serrana/MG - PA/Nº 06536/2005/001/2011 - Classe 3 -**  
734 **Apresentação: Supram ASF. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de**  
735 **Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Pediu esclarecimentos sobre o relatório:**  
736 *“Me chamou atenção nesse relatório o fato de uma empresa não passível de*  
737 *licenciamento estar recebendo resíduos classe 1. Eu queria um esclarecimento disso.*  
738 *Eu acho um pouco controverso a empresa poder trabalhar com resíduos perigosos sem*  
739 *ter licenciamentos, sem ter qualquer outro tipo de vinculação.” – Aline – SEMAD –*  
740 *Esclareceu que devido a informação trazida pelo conselheiro iria sugerir a baixa em*  
741 *diligência. “Embora o empreendedor tenha falado da assinatura de TAC, os TAC’s de*  
742 *Nova Serrana para os quais a SUPRAM e esse conselho já conhecem são os TAC’s*  
743 *firmados para o ramo calçadista com relação a ETE de efluentes sanitários o que nada*  
744 *tem a ver com a destinação de resíduos. Portanto, eu gostaria de sugerir a baixa desse*  
745 *processo para nós fazermos a avaliação disso e trazer para os senhores votarem com*  
746 *maior segurança.” – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São*  
747 *Francisco – Item 10.4 Indústria de Calçados Arapuã Ltda - PROCESSO*  
748 **BAIXADO EM DILIGÊNCIA** para verificação da destinação correta dos resíduos. -  
749 **Item 12. Processos Administrativos para exame de Revalidação de Licença**  
750 **Operação: 12.1 BC Refratário Indústria e Comércio Ltda. - Fabricação de**  
751 **material cerâmico - Divinópolis/MG - PA/Nº 00094/2005/003/2011- Classe 3 -**  
752 **Apresentação: Supram ASF. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de**  
753 **Bacias do Entorno da Represa de Três Marias – Sugeriu acrescentar a condicionante**  
754 **padrão do responsável técnico. “Eu pediria a condicionante padrão exigindo a**  
755 **indicação de responsável técnico do empreendimento.” - Cristina Chiodi –**  
756 **Representante Ministério Público – Esclareceu que: “Com relação aos monitoramentos,**  
757 **o parecer, ao contrário dos anteriores, ele não detalhou o que deixou de ser cumprido.**



758 *A condicionante aglutinava monitoramento de efluente atmosférico líquido, ruídos e*  
759 *resíduos sólidos. A informação do parecer está bastante genérica com relação ao*  
760 *descumprimento. Nós não sabemos o que foi descumprido. Qual o monitoramento*  
761 *deixou de ser feito ou deixou de ser entregue. Eu tenho um receio muito grande com*  
762 *relação a isso, porque se daqui um mês eventualmente for constatado a poluição nesse*  
763 *empreendimento ou houver algum tipo de denúncia, esse conselho votou pela*  
764 *revalidação com o voto do Ministério Público. Para resguardar essa preocupação, eu*  
765 *adianto que eu vou votar pelo indeferimento. Eu acho que se o parecer estivesse um*  
766 *pouco mais completo talvez não fosse necessário, mas eu acho que é importante nós nos*  
767 *resguardarmos nesses casos. Só sugerir que fosse incluída a condicionante do*  
768 *monitoramento. Apesar do anexo deixar óbvio que o monitoramento vai ser exigido,*  
769 *deixou de ser incluída a condicionante do monitoramento. Acho que só para fins mais*  
770 *formais acho importante que ela conste.” – Luciano Junqueira Melo – Presidente*  
771 *Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação o processo **12.1 BC***  
772 ***Refratário Indústria e Comércio Ltda** e o **PROCESSO foi APROVADO** conforme*  
773 *o parecer da SUPRAM. Registrado o voto contrário do Ministério Público. – Cristina*  
774 *Chiodi – Representante Ministério Público – Justificou o voto: “Eu voto contrário em*  
775 *função do descumprimento parcial da condicionante anterior número 5 com relação ao*  
776 *monitoramento de efluentes atmosféricos, ruídos e resíduos sólidos. Só sugerir a*  
777 *inclusão da condicionante do monitoramento.” Em seguida colocou em votação a*  
778 *inclusão de mais uma condicionante que seria a condicionante de número 8: “Realizar*  
779 *monitoramento conforme anexo 2. Prazo: vigência da licença.” **A CONDICIONANTE***  
780 ***foi APROVADA.** Após colocou em votação a proposta de inserção de condicionante*  
781 *de responsável técnico, a condicionante padrão dessa URC e a **CONDICIONANTE foi***  
782 ***ACRESCIDA.** – Item **12.3 ICAL - Indústria de Calcinação Ltda. - Fabricação de***  
783 ***cal virgem, hidratada ou extinta - Pains/MG - PA/Nº 01162/2002/018/2011 - Classe***  
784 ***5 - Apresentação: Supram ASF.** – Silvestre – SUPRAM ASF – Solicitou que fosse*  
785 *feita uma correção no parecer: “É um erro material que ficou no parecer na página 3*  
786 *sobre o parâmetro. Produção anual que é de 876 mil toneladas por ano e não 438 como*  
787 *ficou. Esse parâmetro não altera a classe do empreendimento. Já era porte grande.*  
788 *Classe 5. Continua porte grande. Classe 5. Foi só um erro material mesmo.” –*  
789 *Cristiane – Representante ICAL – Solicitou alteração de prazo na condicionante nº 1:*  
790 *“Nós gostaríamos de pedir uma alteração do prazo para apresentação do estudo para*  
791 *um ano. Esse estudo já está em elaboração em uma outra unidade da empresa. Já está*  
792 *sendo feito há alguns meses. Como nós queremos fazer um estudo bastante detalhado e*  
793 *em conversa com nosso fornecedor ele falou que seria este o prazo para ele conseguir*  
794 *entregar o estudo.” – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São*  
795 *Francisco – Colocou em votação o processo item **12.3 ICAL - Indústria de***  
796 ***Calcinação Ltda** e o **PROCESSO foi APROVADO.** Em seguida colocou em votação*  
797 *a solicitação de alteração da periodicidade da apresentação da condicionante número 1:*  
798 *“Apresentar o estudo de dispersão atmosférica alterando o prazo de 120 dias para 1*  
799 *ano a contar do dia do recebimento da publicação dessa licença” e a*  
800 ***CONDICIONANTE foi ALTERADA.** – Anaximandro – Representante PUC Minas –*  
801 *Esclareceu: “Em outros processos da ICAL em reuniões anteriores eu me dei por*  
802 *impedido em virtude do fato de a minha esposa ser responsável técnico por um resgate*  
803 *de fauna da empresa. Eu quero só deixar claro como as atas e as nossas reuniões são*  
804 *gravadas que esse resgate já acabou, acabou o vínculo de prestação de serviço da*  
805 *minha esposa que faz com que esse impedimento não mais exista. Por isso não me*



806 *manifestei, fiquei tranquilo na votação.” – Item 12.6 José Geraldo de Faria Ltda. -*  
807 **ME. - Lavanderias industriais com tingimento, amaciamento e outros**  
808 **acabamentos em roupas, peças do vestuário e artefatos de tecidos - Pains/MG -**  
809 **PA/Nº 01674/2003/003/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram ASF. – Roberto**  
810 **Soares Nogueira – Representante Comitê de Bacias do Entorno da Represa de Três**  
811 **Marias – Solicitou corrigir na condicionante 17: “Porque se trata de valor de outorga**  
812 **bem superior a utilização. Não. A condicionante não fala em recursos hídricos, ela fala**  
813 **em demanda regularizada de nada. Eu quero que coloque de recursos hídricos e**  
814 **completar com ou justificar, porque o empreendedor pode justificar também o fato da**  
815 **demanda, do valor a outorga acima das suas necessidades.” – Luciano Junqueira Melo**  
816 **– Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou em votação o processo**  
817 **Item 12.6 José Geraldo de Faria Ltda. – ME e o PROCESSO foi APROVADO. Em**  
818 **seguida colocou em votação a alteração da condicionante de acordo com o seguinte**  
819 **texto: “O empreendedor deverá justificar a demanda regularizada de recursos hídricos**  
820 **visto que ele consome menos do que está autorizado. Prazo 10 dias.” A**  
821 **CONDICIONANTE foi ALTERADA. - Item 13. Processo Administrativo para**  
822 **exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia: 13.1 Ferlig Ferro**  
823 **Liga Ltda. - PCH Fábio Botelho Notini. - Barragem de geração de energia**  
824 **hidrelétricas - Passa Tempo/MG - PA/Nº 1995/2004/001/2007 - Classe 3 -**  
825 **Apresentação: Supram ASF. – Roberto Soares Nogueira – Representante Comitê de**  
826 **Bacias – Solicitou correção nas condicionantes 3 e 10: “Na proposta do relatório desse**  
827 **exame de prorrogação fala em acrescer a licença prévia de 2 anos, mas fala também**  
828 **durante o relatório em alterações na condicionante 3 e na condicionante 10. Só que nas**  
829 **condicionantes não aparece isto. Eu acho que só no corpo do relatório é insuficiente.**  
830 **Seria importante colocar também as alterações nas condicionantes 3 e 10.” – Luciano**  
831 **Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – Colocou o**  
832 **processo item 13.1 Ferlig Ferro Liga Ltda e o PROCESSO foi APROVADO. Em**  
833 **seguida colocou em votação as alterações de condicionantes propostas pelo Comitê de**  
834 **Bacias e as ALTERAÇÕES foram APROVADAS. - Item 16. Assuntos Gerais. –**  
835 **Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São Francisco – “Tem um**  
836 **tema a debater com os senhores que diz respeito a agenda do COPAM para esse ano,**  
837 **Agenda 2012. Quero trazer uma informação que possivelmente a partir do mês de abril**  
838 **as COPAS, que são os conselhos que deliberam sobre as DAIAS, possivelmente serão**  
839 **unificados. As reuniões deverão ocorrer no mesmo dia da reunião do COPAM. Temos**  
840 **duas questões aqui a tratar. A alteração de horário da reunião do COPAM e a Agenda**  
841 **2012. Você gostaria de manifestar, Aline? Com respeito a sugestão de horário da**  
842 **reunião.” – Aline SEMAD – “Finalmente chegou a hora de nós decidirmos sobre isso.**  
843 **Alguns conselheiros, não todos vem pedindo já há algum tempo para poder estar**  
844 **passando a reunião da URC para tarde. Realmente existe uma previsão. Pelo menos,**  
845 **até o momento de que em março já, no mês que vem a COPA, que delibera sobre os**  
846 **processos da Agenda Verde já serão realizadas e há uma previsão de que aconteça**  
847 **igual, conforme o Luciano falou no mesmo dia da URC. A decisão vai ser qual ficará**  
848 **de manhã e qual ficará a tarde. Para nós é um momento de estar sabendo o que a**  
849 **maioria do conselho deseja para nós podermos estar definindo isso. Enfim, se já foi**  
850 **março, já em março já na nova alteração. Já com horário alterado.” – Anaximandro –**  
851 **Representante PUC Minas Arcos/Divinópolis – “Gostaria de defender a manutenção da**  
852 **reunião no horário da manhã em virtude das nossas atividades na PUC serem**  
853 **realizadas na parte da noite e ainda que consigamos e façamos um esforço para**



854 *terminar a reunião e retornar para Arcos, no nosso caso especificamente, isso pode*  
855 *influenciar negativamente o desenvolvimento das nossas atividades.” – Marcelo*  
856 *Guimarães – Representante IBAMA – “Também gostaria de defender a manutenção do*  
857 *horário.” – Ronaldo Coimbra – Representante do DNPM – “Gostaria de propor a*  
858 *mudança de horário as 13 horas ou 13:30 hs conforme Dr. Luciano, porque quando*  
859 *está na região é fácil, mas nós que viemos de Belo Horizonte para participar da*  
860 *reunião, nós temos que sair de madrugada, porque gasta-se de duas horas somente*  
861 *para sair da cidade.” – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto*  
862 *São Francisco – Informou que as reuniões da COPA são reuniões mais enxutas e mais*  
863 *ágeis que as do COPAM. - Anaximandro – Representante PUC Minas*  
864 *Arcos/Divinópolis – Manifestou pela manutenção das nove horas. - Joaquim –*  
865 *Representante da FETAEMG – Posicionou-se pelo horário na parte da manhã. – Aline –*  
866 *Superintendente SUPRAM – ASF – Esclareceu: “Nós não temos como aumentar se não*  
867 *vamos prejudicar a COPA Regionalizada. No nosso caso são quatro núcleos: Pompéu,*  
868 *Pará de Minas, Arcos e Oliveira, onde estaremos deliberando, ou melhor, iremos trazer*  
869 *para a COPA deliberar. Se nós aumentarmos, iremos prejudicar a outra reunião. Do*  
870 *jeito que está eu acho que nós já vamos definir um horário para término. Não vai poder*  
871 *ser como é hoje. Se nós tivermos com uma pauta e chegar naquele horário e não*  
872 *tivermos conseguido, ainda que o conselho tenha deliberado, processos vão ser*  
873 *sobrestados, enfim, coisas dessa natureza, porque não podemos adentrar na reunião da*  
874 *COPA regionalizada. Então, mais um detalhe para os senhores definirem qual vai ser o*  
875 *caminho do horário.” - Inaudível (microfonia) – Luciano Junqueira Melo - Presidente*  
876 *Suplente da URC Alto São Francisco – “Conselheiro, com a alteração do Código*  
877 *Florestal os processos que vão ser deliberados pela COPA, eles reduzam. Alguns*  
878 *conselheiros que compõem a COPA também compõem o COPAM. Então, para otimizar*  
879 *a vinda dos conselheiros para a reunião. Vai ser uma COPA única. Não vai ser a*  
880 *COPA regionalizada. Como a Aline disse, em vez de nós termos quatro COPA’s aqui*  
881 *na área de abrangência da SUPRAM-ASF, será uma COPA única.” – Dirceu Costa –*  
882 *Representante Codema – Pains – Sugeriu o horário de 10 horas. – Alexandre –*  
883 *Representante da FIEMG – “Com relação ao horário de término e nós estarmos*  
884 *sobrestando a pauta para a próxima reunião estaríamos prejudicando os*  
885 *empreendedores. Gostaria que isso fosse bem pensado para que nós não tomássemos*  
886 *essa decisão dessa forma.” – Aline – Superintendente SUPRAM – ASF – “Com relação*  
887 *à fala do conselheiro Wellington e eu já tinha me posicionado na última reunião. A*  
888 *carga de trabalho das SUPRAM’s aumentou exponencialmente com essa transição dos*  
889 *atos autorizativos do IEF para nós. Para a SUPRAM, para estarmos aqui hoje, na URC*  
890 *estamos deixando de fazer muita coisa. O nosso ritmo de trabalho está muito maior do*  
891 *que já foi. Realmente, só para os senhores indo lá para os senhores terem noção das*  
892 *mesas, dos armários como se encontram em relação a seis meses atrás. Além da*  
893 *questão que o Luciano falou e de favorecer aos próprios conselheiros, para os que não*  
894 *recebem para estarem aqui. Para a SUPRAM, que em duas ocasiões, tendo que*  
895 *organizar isso aqui como vocês vêm, é complicado. Eu não posso deixar de manifestar*  
896 *porque nós trabalhamos em prol da sociedade para atender a todos os processos que*  
897 *chegam para nós. Nós até tentamos e fazemos um esforço grande, trabalhando em*  
898 *mutirão. Os senhores não têm noção do que virou a rotina na SUPRAM. Então, eu peço*  
899 *ao conselheiro Wellington, embora eu entenda que não é fácil e tem todas essas*  
900 *questões, mas que compreenda o nosso lado porque estamos tentando fazer o melhor e*  
901 *realmente estar aqui em duas ocasiões hoje, na atual situação que a regularização*



902 *trabalha é bastante complicado.” – Anaximandro – Representante PUC Minas*  
903 *Arcos/Divinópolis – Sugeriu que a reunião começasse as 8 horas da manhã. - Marcos*  
904 *Veloso – Representante CREA – Concordou com a proposta do conselheiro*  
905 *Anaximandro. – Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – Também concordou*  
906 *com a proposta das 8 horas da manhã. – Não identificou – Manteve a proposta de*  
907 *começar as 13:30 hs. – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São*  
908 *Francisco – Colocou em votação a opção de realização da reunião na parte da manhã.*  
909 *“12 votos favoráveis a reunião no período da manhã. Conforme esse conselho decidiu*  
910 *a reunião será realizada no período da manhã.” Em seguida colocou em votação o*  
911 *horário da reunião. “Conforme a votação as reuniões deverão ter início a partir das*  
912 *8 horas.” – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São Francisco*  
913 *– Informou sobre a votação da Agenda 2012. “Senhores conselheiros, como é de praxe*  
914 *trazer para vocês a votação da agenda do ano corrente. Gostaria de ter aprovação de*  
915 *vocês nas datas propostas. Já justificamos da impossibilidade nesse momento das*  
916 *reuniões itinerantes. Os motivos já foram aqui levantados. Ainda tem algo que reforça*  
917 *essa situação. Por se tratar de ano eleitoral a impossibilidade de solicitarmos apoio as*  
918 *Prefeituras para que nós possamos fazer as reuniões.” Colocou em votação a Agenda*  
919 *2012 e foi APROVADA. – Marcelo Guimarães – Representante IBAMA – Solicitou*  
920 *que fosse encaminhada por e-mail a agenda. – Francisco de Assis Braga –*  
921 *Representante ABES – Solicitou que fosse corrigido nos arquivos dos processos os itens*  
922 *de cada um. “Seria interessante manter item 5.1 tem o nome do empreendedor. Só tem*  
923 *o nome do empreendedor dificultou um pouco a organização dos arquivos. Não sei*  
924 *quem montou dessa vez. Faltou item no nome do arquivo PDF. Item 5.1 por exemplo.*  
925 *Sempre tinha e agora não veio.” – Camilo de Lélis André Melo – Representante*  
926 *FEDERAMINAS – Fez uma solicitação: “Senhor presidente, eu gostaria de comentar*  
927 *um assunto aqui e pedir uma vistoria da SUPRAM. Essa BR Divinópolis a Oliveira que*  
928 *está interditada, foi um buraco que fizeram é uma monstruosidade. Está havendo muita*  
929 *movimentação de terra, enorme, mas enorme mesmo. Acredito que não tenha feito um*  
930 *licenciamento para fazer essa obra, porque ela é de emergência, mas que fiscalizasse e*  
931 *que olhasse o que poderia ser feito para diminuir esse impacto dessa terra. Desses*  
932 *montes de terra. Divinópolis indo para Carmo da Mata. Quilômetro 60 e 70. Eu estou*  
933 *pedindo isso. Primeiro que eu acho que tinha que ter um monitoramento ambiental lá.*  
934 *Segundo porque é dentro da minha propriedade e o que vai cair de terra para dentro*  
935 *do meu pasto é uma coisa impressionante. Só pedindo para se pudesse ir lá na medida*  
936 *do possível e desse uma olhada nessa parte.” – Aline – SEMAD – Informou que o*  
937 *conselheiro Alexandre estava tomando posse também. “Ele é o suplente da FIEMG.*  
938 *Hoje ele já está falando aqui como conselheiro. Eu não falei na hora que eu comentei*  
939 *sobre o Túlio, mas ele também está tomando posse hoje nessa Suplência.” – Item 17.*  
940 **Encerramento.** – Luciano Junqueira Melo – Presidente Suplente da URC Alto São  
941 *Francisco – Não tendo mais nada a ser tratado, encerrou a reunião às 12 horas e 44*  
942 *minutos.*

943  
944  
945  
946  
947  
948  
949

Danilo Vieira Junior  
Secretário-Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
e Presidente da URC/COPAM Alto São Francisco